



**GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

**RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO –
(Inciso I, artigo 16 e § 1º, artigo 17, da Lei Complementar nº 101/2000)**

DESPESA DE CARÁTER CONTINUADO

OBJETO DA DESPESA:

O presente Impacto Orçamentário-Financeiro visa atender ao disposto na Constituição Federal art. 169, no parágrafo 1º e seus incisos e Lei Complementar nº 101/2000 art. 16 e 17, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que se refere à assunção de despesa de caráter continuado. O pleito deste Projeto de Lei cria os cargos de professores licenciado pleno – Libras e Professor intérprete de Libras, no quadro do magistério público municipal, previstos na Lei Ordinária nº 4.509, de 04 de Julho de 2012, e dá outras providências. Conforme o Memo. Nº 569/2024- PGM

PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com pessoal e seus encargos sociais estão previstas nas diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual, compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual para os exercícios vindouros, conforme Lei 4.320/64 e Lei 101/2000 – LRF e suas alterações, assim como também serão custeadas pela Lei Orçamentária nas respectivas classificações econômicas de despesas.

IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2024: A proposta deste Projeto de Lei apresentará um montante R\$ 3.725.406,11 (Três milhões setecentos e vinte e cinco mil quatrocentos e seis reais e onze centavos) com a efetivação para 14 cargos de Professores



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Licenciado Pleno- Libras e 14 cargos de Professores Intérprete de Libras nas despesas com pessoal e seus encargos sociais para o período referenciado.

IMPACTO NO ORÇAMENTO DE 2025 e 2026: O reflexo nos orçamentos de 2025 e 2026 não comprometerão as metas de gastos com pessoal, em virtude da otimização das receitas que compõem a RCL, que em nada interferirá nas ações administrativas que compõem esses gastos, estimando-se, dessa forma, o equilíbrio entre a receita e os gastos com pessoal e seus encargos sociais e, sobretudo, estará contemplado na Lei Orçamentaria Anual, obedecendo aos limites estabelecidos pela legislação, em seus limites prudenciais.

METAS DE RESULTADOS FISCAIS: Considerando os gastos com pessoal e seus encargos sociais relativos ao presente Projeto de Lei, estão em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como aos ditames da Constituição Federal e Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas vigentes.

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS: a despesa deste projeto serão supridos com recursos vinculados à EDUCAÇÃO provenientes dos impostos e transferências dos estados e federal, e outros.

METODOLOGIA DE CÁLCULO: Este estudo foi elaborado com base em demonstrativo de dados apresentados pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD juntamente com a Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que apresentou o acréscimo de 28 (vinte e oito), sendo 14 cargos de Professores Licenciado Pleno- Libras e 14 cargos de Professores Intérprete de Libras, acrescentando essa demanda média de despesa com gasto de pessoal da Educação do exercício levando em consideração o reajuste anual proposto para 2024.

5 - METODOLOGIA DE CÁLCULO:



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

I - QUANTO AO LIMITES CONSTITUCIONAIS: Embora este estudo seja legalmente embasado como ponto de apuração de limites permitidos pela LRF a RCL – Receita Corrente Líquida, cumpre-nos ratificar que nem todas as receitas que compõem a base de cálculo da RCL são permitidas para utilização no pagamento de despesas com pessoal. Vejamos o quadro a seguir:

	LIMITE CONSTITUCIONAL
Receita Corrente Líquida – Previsão 2024	2.431.783.445,00
Projeção DE GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – INICIAL 2024	974.986.499,62
PROJEÇÃO DE GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - Deste Relatório Impacto	3.725.406,11
PERCENTUAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA LOA 2024	40,25%

Conforme demonstrado acima, os valores atende os Limites Constitucionais quanto aos gastos com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2024, com base na Receita Corrente Líquida estimada na LOA, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no Art. 59, inciso II, Art 22, Parágrafo Único e Art. 20 , incisos I, II e III.

II- QUANTO A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRO: As regras com despesas de pessoal da Administração Pública são implementadas com outras restrições específicas durante o último ano de mandato, conforme fixado pelo parágrafo único, do art. 21, da LRF, em especial, quando resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo, já definidas na IN 01/2024-TCM-PA.

Nenhuma despesa poderá ser incluída no orçamento sem que seja demonstrada a origem dos recursos para seu custeio. Se faz necessário que os



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

efeitos financeiros decorrentes do aumento ou criação de despesa mediante autorização por lei ou ato administrativo normativo, sejam compensados pelo aumento da receita ou redução da despesa.

Contudo, o custo acarretado por este projeto de lei serão custeado pelo recurso diretamente ligado a Educação, conforme regulamentado pela Lei 14.113/2020, que estabelece a obrigatoriedade mínima de aplicação de 70% no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, com o pagamento dos profissionais do magistério do antigo FUNDEB, faz-se também um alerta quanto ao cumprimento da Constituição Federal e lei orgânica nº 1, de 22 dezembro de 2009, que determina que os municípios apliquem, no mínimo, 27% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Despesa com Profissionais da Educação Básica -2023	267.789.636,08
Estimativa de pessoal FUNDEB para - 2024	281.179.117,88
Impacto com este projeto de lei - Professores em Libras	3.725.406,11
Projeção total de gasto com Profissionais da Educação Básica - 2024	284.904.524,00

Despesa Orçada com FUNDEB – LOA 2024	313.660.000,00
Projeção total de gasto com Profissionais da Educação Básica - 2024	284.904.524,00
Saldo Orçamentário com Profissionais da Educação Básica - 2024	28.755.476,00
Mínimo de 70% de gastos com Pagamento de Profissionais da Educação Básica - 2024	90,83%

Os valores da despesa com FUNDEB com gastos com pessoal e encargos sociais para o exercício de 2024, supri ao incremento deste Projeto de Lei comprovando saldo dentro do estimado para o exercício, e se faz atender ao exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, Art. 59, inciso II, § 1º, Art. 22, parágrafo único e Art. 20, incisos I, II e III.



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Este Impacto é de caráter estimativo, podendo sofrer alterações de acordo com a evolução ou redução das receitas e/ou despesas efetivamente realizadas e por se tratar de um estudo prospectivo-preditivo, não tem condão, e nem poderia ter, de opinar sobre a possibilidade de efetivar ou não a despesa, decisão que é única e exclusiva de responsabilidade do Poder Executivo e dos Legisladores, quanto a observância normas legais.

Prefeitura do Município de Parauapebas, em 26 de Fevereiro de 2024.



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E
COMPATIBILIDADE.**

Eu, **DARCI JOSÉ LERMEN**, Prefeito Municipal de Parauapebas-PA, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações da Lei Complementar 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal, na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, diante da premente necessidade de estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro.

Declaro existir recursos financeiros para arcar com os gastos relativos às despesas de pessoal e seus encargos sociais, decorrente a criação de cargos de professores licenciado pleno – Libras e Professor intérprete de Libras, no quadro do magistério público municipal, e dá outras providências.

As despesas deste objeto serão alocadas em dotações próprias, com adequação orçamentária e financeira, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual e suas alterações, bem como aos ditames da Constituição Federal e Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitura do Município de Parauapebas, em 26 de Fevereiro de 2024.



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS